



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Surgiram recentemente suspeitas sobre a possibilidade de alguns alimentos japoneses contaminados por radiação terem conseguido fugir à fiscalização, através de vários meios e da colocação de rótulos chineses, e entrada no Interior da China para serem vendidos *online* e em supermercados. Segundo as suspeitas, a venda de um desses alimentos foi mesmo promovida em Macau, um incidente que veio, mais uma vez, suscitar a discussão sobre a fiscalização da segurança alimentar em Macau.

Existe em Macau um regime para a fiscalização, inspecção e quarentena dos alimentos importados, e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) não pára de inspeccionar o nível de radiação dos alimentos japoneses, uma tarefa que faz parte das tarefas regulares do Centro de Segurança Alimentar. Até ao momento, os resultados dos exames efectuados não apresentaram qualquer anomalia, contudo, a variedade dos alimentos japoneses importados não pára de aumentar e, como em Macau o regime de rotulagem dos alimentos carece de perfeição, e os padrões de segurança alimentar são mais baixos do que os internacionais, os residentes estão imensamente preocupados com a segurança alimentar, em particular no respeitante aos alimentos japoneses.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Decreto-Lei n.º 50/92/M (Estabelece as condições a que deve obedecer a rotulagem dos géneros alimentícios prontos a serem fornecidos ao consumidor final) já está em vigor há 25 anos, e já há muito que não consegue acompanhar as necessidades do



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

desenvolvimento social. As autoridades devem, o mais rápido possível, rever a situação, e ponderar a alteração daquele diploma, com vista a regulamentar a rotulagem dos produtos alimentares. Vão fazer isso?

2. Os padrões fixados no Regulamento Administrativo n.º 16/2014 (Limites máximos de radionuclídeos nos géneros alimentícios) são iguais aos padrões internacionais? Se são inferiores aos padrões internacionais, as autoridades vão então aumentar os respectivos padrões?
3. As autoridades devem aumentar a frequência das inspeções por amostragem aleatória, as modalidades dos exames, as técnicas de fiscalização e inspeção dos géneros alimentícios, a divulgação das respectivas informações, etc. Que trabalhos foram efectuados para o efeito? Como é que vai ser aperfeiçoado o regime de fiscalização e inspeção da segurança alimentar? Nos casos de compras via internet de géneros alimentícios, de que medidas de fiscalização da segurança alimentar dispõem as autoridades para evitar que entrem em Macau géneros alimentícios que não satisfazem os padrões?

10 de Maio de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Hong